

SISTEMA-MUNDO, ESTADOS NACIONAIS E O ESPAÇO DOS PODERES LOCAIS

RICARDO CARLOS GASPAR (*)

À memória de Celso Daniel

Resumo: O artigo discute as novas interações que se estabelecem entre os planos local, regional, nacional e global no sistema-mundo contemporâneo. Argumenta que esses distintos níveis da vida econômica, política e social continuam guardando suas particularidades, vitais para a estruturação de um complexo institucional democrático e pluralista internacional, respeitador da diversidade dos povos. Conclui, por fim, que uma autêntica universalização é incompatível com os princípios de ação do sistema capitalista.

Expansão da economia-mundo capitalista

Desde sua origem, o modo de produção capitalista teve vocação mundializante e o impulso à mudança progressiva das condições materiais de produção; o caráter destrutivo-criativo tem sido, pois, sua marca genética. O objetivo maior de expandir os espaços de valorização do capital implicou, sempre, a busca constante por novas fontes de suprimento da produção e por novos mercados, assim como a concorrência intercapitalista, intensificada pelo desenvolvimento tecnológico, sucessivamente incorporou diferentes regiões do planeta nos circuitos da reprodução sistêmica. Nessa base, o sentido mundializante é intrínseco à própria constituição embrionária do capitalismo a partir das cidades-estado italianas dos séculos XIII e XIV, atingindo, no período de formação do capitalismo monopolista de estado, em fins do século XIX, e na expansão financeira do final da década de 1960 até os dias atuais, seus momentos culminantes.

Historicamente, o capitalismo desenvolveu-se simultaneamente no plano territorial, ao se identificar com o sistema de Estados-nação, e no plano não territorial, através da construção de organizações empresariais que abrangiam o mundo inteiro, transcendendo a esfera dos Estados particulares.

A organização política do sistema-mundo funda-se no sistema interestatal de Estados-nação competidores e soberanos, sustentando-se sobre uma divisão extensiva do trabalho e relações hierarquizadas de poder e exploração, que encontra, na

moderna economia-mundo capitalista, a sua expressão histórica determinante (Braudel: 1987, 68-70; Wallerstein: 1979, 490; Shannon: 1996, 157). Como sintetiza Giovanni Arrighi:

“Um sistema-mundo foi definido como uma totalidade espaço-tempo, cujo âmbito espacial é coextensivo com a divisão do trabalho entre suas partes constitutivas e cujo âmbito temporal se estende na medida em que a divisão do trabalho continuamente reproduz o ‘mundo’ como totalidade social. Uma economia-mundo foi definida como um sistema-mundo não encerrado por uma entidade política única” (Arrighi: 1997).

A peculiaridade do sistema mundial moderno é que uma economia-mundo haja sobrevivido durante mais de quinhentos anos sem que se tenha transformado em um império mundial, peculiaridade a qual – o segredo de sua fortaleza - constitui o aspecto político dessa forma de organização econômica chamada capitalismo: “o capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro de seus limites não um, porém múltiplos sistemas políticos” (Wallerstein: 1979, 491).

A presente fase de internacionalização dos circuitos comerciais, produtivos e financeiros, associada aos significativos avanços nas tecnologias de informação e comunicação, evidencia-se com nitidez a partir do último terço do século XX. Contudo, longe de estarmos sendo celeremente conduzidos na direção de uma globalização triunfante, as evidências disponíveis e as avaliações prospectivas de curto e médio prazos reforçam o peso do sistema interestatal e dos regimes monetários hegemônicos (e a vigência, em novas configurações, do poder territorial) na gestão mundial do sistema capitalista, numa interação dinâmica com as atuais tendências transnacionalizantes.

Mesmo essa transnacionalização traz a marca das crônicas assimetrias: a concentração do investimento externo direto, o peso crescentemente majoritário das exportações de alta tecnologia, a gravitação dos fluxos financeiros e a distribuição do comércio mundial acentuam a distância entre países e regiões e impossibilitam, na inexistência de mecanismos sociais compensatórios, a garantia, para parcela expressiva da população do globo, de padrões aceitáveis de dignidade humana. Ou seja, os dados das principais organizações internacionais confirmam o avanço da globalização nos campos da produção, das finanças e do investimento, mas essa

globalização não é (nem pode ser, nas circunstâncias vigentes) irrestrita, porém submetida fortemente às estratégias das grandes corporações as quais, por sua vez, guardam sólidos vínculos com os maiores centros capitalistas e seus Estados nacionais.

Se muitos dos fenômenos que demarcam a globalização capitalista contemporânea podem ser encontrados em outros momentos de grande abertura internacional do sistema econômico, sua *amplitude, profundidade, potencialidade e ritmo de mudança* assumem contornos inusitados.

Sistema interestatal e gestão capitalista

Não obstante tais características da presente globalização, o *sistema interestatal* continua, no horizonte temporal previsível, o *locus* primário do poder mundial, no contexto de uma realocização significativa do aparato produtivo global, através da inserção dinâmica de um conjunto de países semi-periféricos no mercado mundial, sem prejuízo da preservação de graus elevados de concentração e centralização do capital em escala planetária, dos quais as recentes ondas de megafusões constituem exemplos eloquentes.

Do ponto de vista do substrato material dessas significativas metamorfoses na maneira de ver e analisar os fenômenos do período mais recente, este vincula-se diretamente ao “movimento mais flexível do capital [que] acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo” (Harvey: 1992, 161).

Na verdade, constitutiva e estruturalmente, não é possível afirmar, de maneira peremptória, a emergência de uma “nova era”. Pelo contrário, alguns outros questionamentos talvez sejam mais pertinentes à perplexidade do momento atual: é possível a superação das fronteiras e da territorialização do espaço nos marcos do capitalismo? Ou seja, é factível uma *mundialização de fato, plena e integral*, no sentido de uma redistribuição radical dos recursos produtivos e da renda voltada à multilateralidade da existência humana, nas condições do regime atual?

Não é possível, com a maior dose de otimismo analítico, sustentar tal perspectiva. Os centros decisórios e as estruturas de poder do capitalismo atual não são “desterritorializados”, eles não pairam nas nuvens, antes se vinculam a interesses concretos e específicos, na maior parte das vezes com uma territorialidade bem

demarcada (como exemplo, os mecanismos associados à hegemonia norte-americana e a articulação de interesses ao seu redor); ademais, “*a metáfora do globo terrestre torna-se (...) parte constituinte da mensagem publicitária*” (Ortiz: 1998, 139 – grifos nossos) do sistema mundializado.

Além disso, se na “época da globalização do capitalismo o mundo do trabalho torna-se realmente mundial, deixando de ser uma metáfora” (Ianni: 1996, 180), onde, afinal, nós vivemos? Na sociedade global? O nosso cotidiano se define como imediatamente “globalizado”? A quem nos reportamos para trabalhar, transportar-nos, alimentar-nos, cuidar da saúde e educar-nos: às autoridades globais? Como se constrói o processo de nossa auto-identificação, sem estar referenciada, prioritariamente, às realidades locais, regionais e nacionais? Mesmo as “cidades globais” expressam hegemonias de grupos nacionalmente estabelecidos. Na verdade, o capitalismo “global” implica – e sempre implicou, apesar das novas características do momento atual que, entretanto, não alteram seu caráter – mediações institucionais indispensáveis, tendo em vista a natureza desigual e combinada da sua evolução.

De acordo com Lúcia Bógus, os espaços urbanos inseridos no “global” são os lugares do capital; para os despossuídos, a cidade é consumida em suas “franjas”, distantes da centralidade dos espaços globais: “Globalizam-se certas relações sociais, atividades econômicas, relações de trabalho, circuitos econômicos, sociais e políticos. Mas, em termos locais, no interior de cada país, particularmente, no terceiro mundo, as manifestações do fenômeno global são apenas pontuais e assumem, via de regra, caráter classista” (Bógus: 1998, 167).

É possível, a partir da mundialização em curso, perceberem-se mudanças na configuração dos Estados – articulações, blocos, unificação em certos casos de áreas homogêneas -, mas não a *superação* do sistema em direção a formas superiores de governabilidade em escala planetária, pois estas pressupõem necessariamente a *superação simultânea de suas contradições* e modificações estruturais, de fundo, na ordem internacional.

Segundo Nogueira Batista Jr., “o processo de internacionalização em curso nas últimas décadas não é nem tão abrangente e nem tão novo quanto sugerem os arautos da ‘globalização’. Também não tem o caráter inexorável e irreversível que se lhe atribui com tanta frequência” (Batista Jr.: 1998, 126). As versões mistificadoras das relações econômicas internacionais “têm o propósito, ou pelo menos o efeito, de desarmar as iniciativas nacionais e remover as resistências sociais e políticas aos

interesses econômico-financeiros que operam em escala internacional” (*idem*, 127).

É fato inconteste que a maioria das nações do globo engajou-se, a partir de meados dos anos 1980, em um processo sem precedentes de liberalização dos controles prévios dos fluxos de investimento externo direto (IED) e adotou um conjunto de medidas positivas voltadas à atração do investidor externo. Um importante estudo recente demonstra que, num total de 145 alterações regulatórias concernentes ao IED feitas durante 1998 por 60 países, 94% o foram na direção de criar condições mais favoráveis ao IED, sendo apenas 6% encaminhadas no sentido de reforçar controles (UNCTAD: 1999, 115).

Articulações locais e as dimensões nacional e global

Uma outra novidade dos processos em curso diz respeito ao papel assumido pela rede de metrópoles mundiais, cuja posição peculiar que ocupam na formulação de políticas e estratégias acopladas às grandes organizações empresariais que nelas concentram a maior parte de seu arsenal decisório e de suporte operacional, conferem-nas um grau significativo – de dimensão relativa, mas com rebatimentos econômicos e culturais apreciáveis – de autonomia em face das problemáticas nacionais mais imediatas. A nuclearidade das metrópoles nos fluxos estratégicos que se estabelecem no interior do sistema provoca importantes impactos nos espaços regionais sob sua influência direta ou indireta e marca um expressivo contraste entre as áreas supridas dos mais modernos equipamentos de transporte, principalmente aeroviário, infraestrutura de telecomunicações, comércio, hotelaria, cultura e gastronomia, facilidades para mostras e convenções, sedes e postos bancários, em relação àqueles espaços que concentram a esmagadora maioria da população e as atividades econômicas não “globalizadas” (Emplasa: 1994, 136).

No caso das regiões metropolitanas dos países periféricos, as contradições assumem proporções explosivas, ocasionando enormes desafios às políticas públicas, instadas a lidar com a implantação de megaprojetos transnacionais sobre um território que nem sequer implementou um patamar básico de urbanização (Rolnik e Nakano: 2000, 116). As redes metropolitanas não flutuam num espaço virtual, mas articulam, em si, a complexidade dos vínculos regional-nacionais e globais.

O não reconhecimento da importância dos sistemas de poder interestatal e dos padrões monetários internacionais para os desenvolvimentos econômicos

nacionais constituiu, na visão de Fiori, o “primeiro grande erro de previsão da economia política clássica” (‘um tema clássico dos mercantilistas e que foi abjurado por liberais e marxistas’), isto é, a suposição do crescimento e difusão *universais* da riqueza capitalista e seu corolário, a diminuição do poder e da competição entre os *Estados territoriais*, “que deveriam ser substituídos pelos mercados ou – na fórmula utópica kantiana – por uma grande e única confederação mundial” (Fiori: 1999a, 16-7). Tal absolutamente não ocorreu: Estados e moedas continuaram a cumprir um papel crescentemente protagonístico no cenário mundial.

Nas palavras de Samir Amin, “a expansão mundial do capitalismo não pôs na ordem do dia a homogeneização do planeta. Pelo contrário, esta expansão criou uma polarização nova, submetendo, na periferia do sistema, as formas sociais anteriores ao capitalismo às exigências da reprodução do capital dominante nas formações centrais” (Amin: 1999, 122).

O que nos remete à função dos Estados nacionais como legitimadores/garantidores da ordem capitalista transnacionalizada nos espaços nacionais, propriedade esta já notada por Hilferding, muitos anos atrás: “o capital financeiro para manter e ampliar sua superioridade precisa de um Estado politicamente poderoso (...), um Estado forte que faça valer seus interesses no exterior (...) e que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento” (*apud* Fiori: 1999b, 62). Isso não poderia ter sido dito de modo melhor para caracterizar o papel do governo norte-americano na atualidade e suas relações com o capital financeiro parasitário.

Por outro lado, “apesar de uma economia mundial e de uma civilização planetária ganharem uma autonomia crescente diante das realidades nacionais, elas são ainda dependentes dessas bases nacionais e locais”, sendo pois imprescindível “pensar as estruturas de poder nacionais dentro das correlações de força de cada país, que podem variar em função de sua articulação com as forças econômicas e políticas vindas do exterior, mas que dificilmente poderiam ser substituídas permanentemente por elas” (Dos Santos: 1993, 88).

A moeda forte, as políticas industrial e tecnológica e os mecanismos financeiros estratégicos são resultado de ações precipuamente nacionais, e não da omissão ou do definhamento político dessas esferas. O ambiente virtuoso, propício aos investimentos produtivos, só pode surgir (apesar de não se esgotar, evidentemente), sobre essa base. Os Estados nacionais, destarte, “continuam sendo as

unidades decisórias fundamentais na política internacional, embora mantendo, como aliás desde sempre, poderes assimétricos” (Tavares e Melin, 1998, 50).

Uma das contradições mais óbvias do desenvolvimento histórico do sistema do capital é precisamente o fato de sua estrutura de gestão e efetivação ter se articulado na forma de Estados-nação, embora seja inconcebível que os seus imperativos de reprodução ampliada e circulação planetária possam ficar contidos no interior desses limites (Mészáros:1999, 102).

Enfim, a globalização

“(…) não é um processo isento de contradições. Seus impactos e perspectivas são diferenciados, e as alternativas abertas a cada país dependem, exatamente, das opções feitas pelas suas forças sociais e políticas internas e coordenadas por seus estados nacionais. Não há um receituário válido *urbi et orbi*. E, além disto, seja qual for a opção nacional de cada um, segue sendo tarefa intransferível de cada Estado, e isto ainda mais fortemente no caso da estratégia liberal, manter os laços materiais e éticos entre classes e regiões cada vez mais desiguais entre si” (Fiori: 1998, 250).

Estado-nação e a nova configuração geopolítica

Por trás da retórica do fim dos Estados nacionais pode-se reconhecer o interesse dos grandes grupos econômicos, tratando, isto sim, de forjar um aparato institucional adequado aos seus propósitos expansionistas. Para Samir Amin, “não se pode falar de um fato multinacional autônomo, independente dos Estados. O papel de uma firma multinacional é estreitamente determinado pela estratégia do centro imperialista do qual ela depende” (Amin: 1977, 121). Os mercados também não podem ser transformados em sujeito histórico, pois sua regulação transcende as leis estritamente econômicas ou qualquer racionalidade utilitarista, vinculando-se também às relações de poder e às normas sociais (Cacciamali e Pereira: 1999, 26).

Por outro lado, o espaço é um dos instrumentos da competitividade, pois a história se espacializa nos lugares: “quem tem poder escolhe precisamente o lugar onde vai exercer o seu poder, utilizar o seu dinheiro (...) a espacialidade volta a ter um papel extremamente forte” (Santos: 1996, 175).

Em um de seus últimos trabalhos, o conhecido geógrafo critica a idéia de uma humanidade desterritorializada e da virtual existência, já agora, de uma cidadania universal:

“De fato, as fronteiras mudaram de significação, mas nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro de um território. A humanidade desterritorializada é apenas um mito. Por outro lado, o exercício da cidadania, mesmo se avança a noção de moralidade internacional, é, ainda, um fato que depende da presença e da ação dos Estados nacionais” (Santos: 2000, 42).

Os processos de descentralização em curso, embora revelem uma irremediável perda do caráter nacionalizado do capitalismo, não necessariamente implicam o enfraquecimento do centro mas, antes, uma redivisão do trabalho no interior do Estado, salvaguardando para os governos nacionais apenas as funções estratégicas e delegando, para os níveis subnacionais, as tarefas penosas decorrentes do ajuste estrutural (Levy: 1997, 210).

A nova configuração geopolítica emergente dos processos de globalização econômica confere às redes metropolitanas de “cidades mundiais” um papel estratégico, enquanto eixos de articulação dos interesses regional-nacionais e globais. Como tal, essas redes também espelham, em si, as supremacias de seus Estados-nação que se reproduzem no espaço capitalista mundializado. Assim, o vetor determinante da hegemonia atual tende a fixar-se numa linha de direção Leste-Oeste, abarcando Nova Iorque/Toronto, Londres/Paris/Frankfurt/Milão e Tóquio (Emplasa: 1994, 139). As metrópoles subordinadas refletem, por seu turno, as vicissitudes e a passividade de seus Estados nacionais na divisão internacional do trabalho, e as deseconomias e déficits crônicos daí resultantes (sociais, de planejamento e gestão pública, financeiros, infra-estruturais) provavelmente continuarão contribuindo para a manutenção dessa condição periférica, à espera de impulsos – amiúde exógenos – que permitam sua alavancagem, no quadro estrutural vigente.

A dimensão local da práxis sócio-política ganha pleno sentido apenas e tão somente se tivermos presente o contexto nacional e global no qual ela está inserida, e as condicionalidades daí resultantes; tomando na devida conta esses parâmetros, efetivos avanços podem ser obtidos: “Reconstruir o sentido de cidade (e de cidadania), ampliar o sentimento de pertencimento a um ‘local’ (com uma história, um conjunto de valores etc.) – numa época de globalização ativa, de perda da consciência dos limites e possibilidades da manutenção de identidades nacionais, de tendências homogeneizadoras e massificantes – pode ser um estimulante projeto

coletivo que ajudará a construir novas formas de convivência social” (Araújo: 2000, 61).

Frankel, no seu desenho de uma “utopia concreta” voltada à viabilização de um sistema de relações sociais alternativas, faz uma defesa enfática dos distintos planos de uma governabilidade mundial efetivamente democrática: “Dado o papel vital que cumprem as instituições locais, regionais e nacionais em todas as facetas da vida cotidiana, seria desastroso se essas instituições se vissem substituídas por burocracias supranacionais ainda mais longínquas”. E conclui: “A cooperação e a coordenação supranacional (...) *não* são equivalentes à substituição dos governos nacionais e locais por governos mundiais” (Frankel: 1989, 240).

Não há dúvida de que os fenômenos oriundos da revolução científico-técnica e da globalização afetam – e muito – a capacidade dos Estados nacionais exercerem as funções típicas da fase intervencionista do pós-guerra, e mesmo algumas das tradicionais (como saúde, educação e saneamento), as quais definiam, em grande medida, suas possibilidades de intervenção e regulação nos respectivos espaços nacionais, impondo alterações profundas na sua ação e na sua agenda, no seu escopo e na forma de financiamento de suas atividades. Num momento de transição e de crise fiscal dos Estados, saltam à vista os problemas ligados à ineficiência de muitos serviços públicos, à corrupção e às práticas obsoletas. Mas tudo isso não implica, no horizonte previsível e nos marcos do regime capitalista, a supressão, ou mesmo a superação, dessas instituições essenciais para a gestão do sistema. A propósito, a ênfase de certas análises da realidade atual na prevalência do binômio mundialização/fragmentação – com a conseqüente diluição, no plano político, do papel dos Estados-nação – reflete a tentativa, teórica e prática, de destruir as estruturas mediadoras racionais de inteligibilidade do real, deixando os seres humanos “sós” e submissos, sem defesa, à globalidade dos movimentos de mercado.

É exatamente na articulação entre os níveis supranacionais, nacionais e regionais-locais que se encontra a chave da possibilidade de regulação e governabilidade internacional na direção do interesse público, e que tem na instância *nacional*, com a respectiva esfera de autonomia, seu elo de ligação decisivo: “A globalização não está eliminando os estados, apenas está redefinindo as suas hierarquias e seus espaços e graus de autoridade no exercício de suas soberanias” (Fiori: 1997,134).

A inegável revalorização das políticas locais propiciada pela

transnacionalização crescente dos circuitos do capital (e pela inapetência – ideologicamente determinada - das mediações regionais e, especialmente, das nacionais) possui duas implicações para os núcleos urbanos: às cidades pequenas e médias cabem ações de mobilização dos recursos locais no sentido de potencializar a sua inserção em macroesferas econômicas de dimensão regional; às grandes cidades, pólos econômicos direcionais, se contrapõem duas alternativas: por um lado, a omissão ou a convivência com o caráter excludente que os atuais processos revestem e, por outro, a possibilidade de induzir e interferir nos fluxos de capital, capturando, no interesse público, parcela dos excedentes de valor urbanos gerados e estimulando uma outra lógica de apropriação e de financiamento da cidade.

Sim, pois situa-se no âmbito da gestão do espaço urbano – o plano físico-territorial – o campo propício para fazer valer, no contexto institucional do poder local, a ótica do interesse público, permitindo interferir no critério locacional dos investimentos, viabilizar novas centralidades e reverter, parcialmente, processos de exclusão social. A instrumentação dessa potencialidade estaria possibilitada pela criação de Fundos Municipais (ou Metropolitanos) de Urbanização, constituídos por recursos arrecadados através da outorga onerosa, pelo poder público, do direito de construir (Smolka y Furtado: 2001, XIII-XIX; São Paulo: 2001, cap. VIII). Outras formas de intervenção, necessárias e complementares, carecem, porém, de projeção direcional e transformadora.

Contudo, embora efetivas, as possibilidades de intervenção local são limitadas, estando estruturalmente subordinadas às esferas global e nacional, além de dependerem, para a otimização de suas estratégias, de articulações regionais, somadas às novas possibilidades abertas pelas alianças internacionais de cidades. Particularmente no que se refere à dimensão nacional, esta assume papel insubstituível não apenas como formuladora de políticas e encarnação de um projeto pactuado de desenvolvimento, mas também na mediação entre as esferas local e regional, por um lado, e a global, por outro.

Uma nova e efetiva totalidade orgânica só se constitui através da articulação das distintas esferas de intervenção societária – do cotidiano local, passando pelos níveis institucionais e de exercício do poder regionais e nacionais, até a universalidade abstrata, o *homem genérico* – numa arquitetura democrática de entrelaçamento dos povos do planeta. É a fronteira possível de universalização nos marcos históricos vigentes, mas já apontando concretamente para sua superação.

Será uma dura conquista, para a qual os núcleos populacionais organizados de todo o mundo, rurais e urbanos, pelos “laboratórios de democracia” que representam e as práticas de gestão alternativas que propiciam, prestarão decisiva contribuição.

Destarte, enquanto existir capitalismo, as fronteiras são funcionais para a sua reprodução ampliada; já para o embate democrático, no interior das fronteiras nacionais se demarcam os conflitos sociais matriciais da atual etapa histórica, cuja unificação não pode prescindir desse referencial político-territorial.

Considerações finais

Com a globalização capitalista contemporânea, uma nova dialética local-regional-nacional-global se instaura, mas as respectivas instâncias continuam cobrando relevância e materialidade, necessariamente devendo estar contempladas em um novo arranjo político-institucional mundial que favoreça a democracia e a radical correção das desigualdades. É uma agenda todavia aberta: os conflitos sociais vindouros precisarão seus contornos.

No caso do Brasil, a ausência (ou a indigência) de planos regionais enfeixados em políticas nacionais consistentes de desenvolvimento impedem o espraçamento dos eventuais efeitos positivos da intensificação das relações econômicas externas e, pelo contrário, concentra crescimento e riqueza, amplificando os problemas sociais. Por seu turno, a inexistência de políticas metropolitanas potencializa esses mesmos aspectos negativos.

No urgente redesenho do pacto federativo brasileiro, uma localidade ou região não deve crescer à custa das demais (como ocorre na “guerra fiscal”), cabendo às políticas nacionais de desenvolvimento urbano, rural e regional a compatibilização das ações em benefício da coletividade.

A diluição das fronteiras nacionais não é, em si, uma meta indesejável. As dimensões em que se reparte a vida social – desde a esfera da cotidianidade, passando pelos espaços institucionais que cristalizam vínculos historicamente estabelecidos de etnia, língua, cultura e ideologia, até o plano universal da própria condição humana, representam um escalonamento que obedece à evolução mesma da civilização material e do seu correlato na esfera espiritual, correspondendo à passagem, lenta e socialmente estratificada, do indivíduo provinciano para a

consciência universal.

Essa trajetória não pode ser interpretada em termos histórico-cronológicos estritos, pois o ser humano, desde as mais remotas eras, sempre interagiu com a dimensão do *mistério* da sua existência, contrapartida mística da consciência universal. Embora esse referencial místico corresponda a uma característica talvez inalienável da humanidade, esse universal vai cobrando, progressivamente, um sentido racional e cognoscível, projetando novas formas de sociabilidade adequadas aos renovados patamares civilizatórios.

O cosmopolitismo contemporâneo, de orientação neoliberal (apesar dessas políticas estarem sofrendo crescente descrédito) é endogenamente incapaz de movimentar-se na direção de uma efetiva universalização das riquezas, corporificada no mosaico de contribuições locais e regionais, e ontologicamente antagônico à conjugação da unidade dos interesses vitais da humanidade com a pluralidade de suas manifestações.

Assim, a universalização de fato, plena e integral, inauguradora de um novo convívio humano, da universalização das riquezas e de uma governabilidade internacional fundada sobre o interesse público parece ser incompatível, em maior ou menor medida, com os cenários prospectivos da ordem global contemporânea.

Os poderes locais, particularmente o das grandes cidades, devem ter esses limites em mente quando da formulação de suas políticas, ao mesmo tempo em que o engajamento em projetos de maior envergadura vinculadas a transformações de caráter nacional e global assume fundamental relevância para a melhoria sustentável da qualidade de vida de suas populações.

Referências bibliográficas

- AMIN, S. (1977). *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (1999). *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lisboa, Dinossauro.
- ARAÚJO, T. B. (2000). *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro, Revan/Fase.
- ARRIGHI, G. (1997). Capitalism and the modern world-system: rethinking the non-debates of the 1970s. Trabalho apresentado nos “American Association Sociological Meetings” – New York, 16-20/ago/1996 – Fernand Braudel Center.
- BATISTA Jr., P. N. (1998). Mitos da “globalização”. In: *Estudos Avançados* 12 (32). São Paulo, USP.

BÓGUS, L. M. M. (1998). Globalização e migração internacional: o que há de novos nesses processos? In: DOWBOR, L., IANNI, O e RESENDE, P. (orgs.), *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes.

BRAUDEL, F. (1987). *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco.

CACCIAMALI, M. C. e PEREIRA, J. M. (1999). Globalização, regulação social e novo padrão de desenvolvimento na América Latina: considerações metodológicas. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* n. 5. Rio de Janeiro, Sette Letras.

DOS SANTOS, T. (1993). *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis, Vozes.

EMPLASA (1994). *Plano Metropolitano da Grande São Paulo 1994/2010*. São Paulo, Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo SA.

FIORI, J. L. (1997). Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs.), *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes.

_____ (1998). *Os Moedeiros falsos*. Petrópolis, Vozes.

_____ (1999a). Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes.

_____ (1999b). Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes.

FRANKEL, B. (1989). *Los utópicos post-industriales*. Valencia, Edicions Alfons el Magnàmi.

HARVEY, D. (1992). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.

IANNI, O. (1996). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LEVY, E. (1997). *Democracia nas cidades globais: um estudo sobre Londres e São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel.

MÉSZÁROS, I. (1999). A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: *Ensaio Ad Hominem* N. 1, Tomo I – Marxismo. São Paulo, Ad Hominem.

ORTIZ, R. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense.

ROLNIK, R. e NAKANO, K. (2000). Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. In: RATTNER, H. (org.), *Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo, Edusp

SANTOS, M. (1996). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec.

_____ (2000). *Por uma outra globalidade: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record.

SÃO PAULO (cidade) SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO (2001). *Cadernos do Plano Diretor vol. 1: Cidade mundial e polaridade*

econômica (versão preliminar}. São Paulo, PMSP/SEMPA.

SHANNON, T. R. (1996). *An introduction to the world-system perspective*. Boulder, Westview Press.

SMOLKA, M. y FURTADO, F. (2001). Ensayo introductorio: recuperación de plusvalías: en Latinoamérica bravura o bravata? In: SMOLKA, M. y FURTADO, F. (eds.) *Recuperación de plusvalías en América Latina: alternativas para el desarrollo urbano*. Lincoln Institute of Land Policy y PUC-Chile.

TAVARES, M. C. e MELIN, L. E. (1998). Mitos globais e fatos regionais: a nova desordem internacional. In: FIORI, J. L., LOURENÇO, M. S. e NORONHA, J. C. (orgs.). *globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro, Eduerj.

UNCTAD–United Nations Conference on Trade and Development (1999). *World investment report 1999 – Foreign direct investment and the challenge of development*. New York and Geneva, United Nations.

WALLERSTEIN, I. (1979). *El moderno sistema mundial. I. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. Mexico, Siglo Veintiuno.

(*) Professor do Departamento de Economia da FEA/PUC-SP e Diretor de Economia e Orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de São Paulo.